



Foto: Juca Martins/Pulsar Imagens

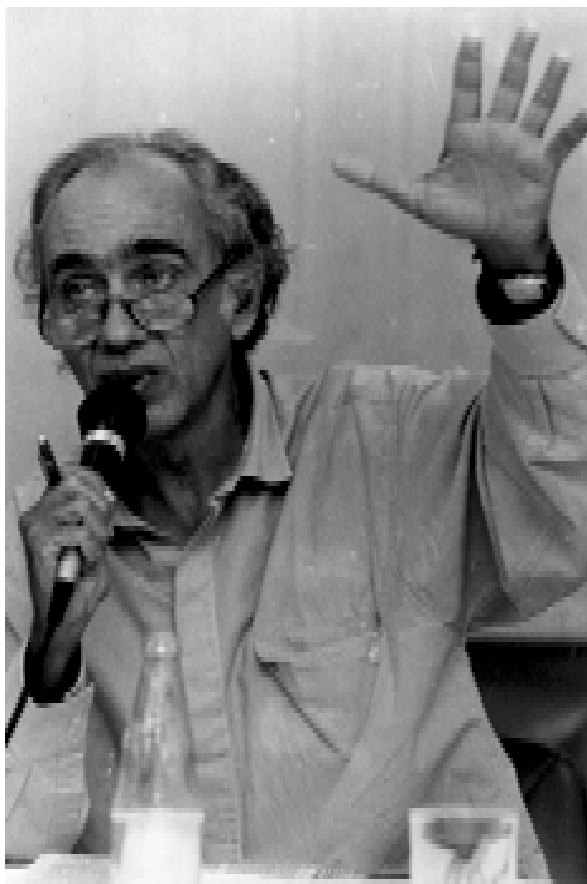
Agravamento da exclusão social

Se a aventura de Fernando Collor havia naufragado em *impeachment*, o governo do outro Fernando, FHC, conseguiu retomar a agenda neoliberal em bases mais sólidas. Para isso, construiu uma ampla base de sustentação política. Mais do que isso, com o Plano Real, implantado ainda no governo Itamar Franco, FHC conquistou apoio de setores consideráveis da sociedade.

A manutenção do baixo índice de inflação, no entanto, do modo como foi realizada, teve um custo social muito alto. O desemprego atingiu níveis inéditos, colocando na rua grandes contingentes que hoje só conseguem sobreviver em trabalhos informais. Para completar, patrocinou o polêmico projeto de reforma da CLT, que ameaça direitos trabalhistas constitucionais como o 13º salário, o descanso semanal remunerado e o adicional noturno, entre outros. Além disso, para um país que se orgulha do seu Estatuto da Criança e do Adolescente, cresceu o número de meninos de rua e aumentou a prostituição infantil. Os sem-teto dormem ao relento ou improvisam barracos em terrenos ociosos. A maioria das famílias das crianças em idade escolar continua sem as condições mínimas necessárias para mantê-las na escola. Como consequência desse quadro de calamidade social, no campo e na cidade, assiste-se ao aumento da violência.

O desmonte do Estado se fez a toque de caixa, com a entrega a preço de banana de patrimônios públicos e estratégicos. O governo gastou mais com operações de saneamento das empresas estatais a serem vendidas e com o financiamento das privatizações do que arrecadou com a venda do patrimônio.

Outra consequência imediata dessa política de privatização foi sentida no ano de 2001, com a crise de fornecimento de energia elétrica, que levou ao racionamento e ao aumento exorbitante das tarifas. O “apagão” foi, portanto, mais uma obra de FHC. As manifestações contrárias às privatizações foram durante muito tempo simplesmente ignoradas e à sociedade não se concedeu sequer a oportunidade de debater amplamente a questão.



Betinho (Herbert de Souza) lançou a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, em abril de 1993. Não era mais possível ficar esperando pelas iniciativas dos governos sempre omissos. Afinal, mais de 20% da população do Brasil, algo em torno de 32 milhões de pessoas, vivem em situação de miséria absoluta. No final daquele ano, o movimento encampou nova bandeira: luta pelo emprego. Betinho morreu em 1997, sem que esses objetivos fossem alcançados. Foto: Roberto Parizotti/acervo do Diretório Nacional do PT

A pobreza estrutural globalizada

O último período, no qual nos encontramos, revela uma pobreza de um novo tipo, uma pobreza estrutural globalizada, resultante de um sistema de ação deliberada. Examinado o processo pelo qual o desemprego é gerado e a remuneração do emprego se torna cada vez pior, ao mesmo tempo que o poder público se retira das tarefas de proteção social, é lícito considerar que a atual divisão “administrativa” do trabalho e a ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação estejam contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza [...].

Nesta última fase, os pobres não são incluídos nem marginalizados, eles são excluídos. A divisão do trabalho era, até recentemente, algo mais ou menos espontânea. Agora não. Hoje, ela obedece a cânones científicos [...] e é movida por um mecanismo que traz consigo a produção das dívidas sociais e a disseminação da pobreza numa escala global [...].

Essa produção maciça da pobreza aparece como um fenômeno banal. Uma das grandes diferenças do ponto de vista ético é que a pobreza de agora surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável. Mas é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais [...] E isso se dá com a colaboração passiva ou ativa dos governos nacionais [...].

Os excluídos são o fruto dessa racionalidade.

(Milton Santos. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2001)



Com o Plano Real, em nome da estabilidade da moeda, os salários ficaram cada vez mais defasados. O próprio emprego também ficou ameaçado com as propostas de “desregulamentação” do trabalho, ao mesmo tempo que as empresas efetivavam a “reengenharia” da produção. A reforma da Previdência tornava a aposentadoria um pesadelo. A greve nacional dos petroleiros, em maio de 1995, representou a luta contra toda essa política neoliberal de FHC – e não foi à toa que o movimento foi duramente golpeado. O Exército ocupou a Refinaria de Paulínia, em São Paulo. A greve foi considerada abusiva pelo Tribunal Superior do Trabalho, que impôs aos sindicatos uma multa diária exorbitante. As distribuidoras de gás de cozinha esconderam a mercadoria, atribuindo a culpa aos petroleiros. Após 31 dias, a greve chegou ao fim. Fotos: acervo do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia/SP



Com a crise social, um novo personagem surge em cena: os sem-teto, que começam a se organizar em movimento semelhante ao dos sem-terra. Em Campinas, interior de São Paulo, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) cresce nas ocupações, que concentram mais de 5.000 famílias. Fotos: Ronaldo Hipólito Soares/acervo do mandato do deputado federal Luciano Zica (PT/SP)

O escândalo das privatizações no Brasil

No poder, o tucanato – não vale chamá-los de social-democratas porque é uma ofensa à social-democracia – lançou-se ao assalto, reduzindo, de novo, a política à economia, como no tempo do celerado Médici. Manejando maiorias parlamentares confortáveis, embora a Nação saiba, hoje, o preço dessa confortabilidade, “reformou” a Constituição, transformando-a num clone de sua própria clonagem [...] Não é necessário revisar ponto por ponto das chamadas “reformas” constitucionais. [...] Uma porcentagem impressionante da base material da produção mudou de mãos em seis anos, sobretudo por meio das privatizações das empresas estatais e, ainda, pela formidável concentração de capital, de que a globalização é sua forma, hoje. Setores inteiros foram transferidos do Estado para poderosos oligopólios internacionais, e o engraçado, se graça houver nisso, é que muitos destes são, em seus países de origem, empresas estatais! A petroquímica, inteirinha, foi privatizada; a distribuição de energia, idem; a telefonia fixa e móvel, nem se fala; a siderurgia inteira, com uma enorme concentração em alguns poucos grupos econômicos, industriais e financeiros; e a sempre lembrada mineração de ferro, com a Vale do Rio Doce sendo vendida na “bacia das almas”. Esse processo estendeu-se, por imposição do governo federal, a todos os estados, indo no pacote todos os bancos estaduais, de que o caso Banespa é o emblema maior. Restam como estatais apenas a Petrobrás, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco da Amazônia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e uns 80% da geração de energia elétrica. Tudo isso, vale lembrar, com a utilização dos poderosos fundos de previdência das próprias estatais, tendo o Previ, do Banco do Brasil, na liderança. Dados do próprio governo, extraídos de relatórios do BNDES, xerife do programa de privatizações, davam conta do balanço, até 1998, segundo nosso saudoso Aloysio Biondi: para uma arrecadação por conceito de vendas de R\$ 85 bilhões – alguma parte paga com “moedas podres”, títulos da dívida pública sem nenhum valor de mercado, nem liquidez, como os títulos da dívida agrária –, por contre, a privatização custou R\$ 87 bilhões! Isto é, ainda saímos perdendo! Incluem-se no custo da privatização, os subsídios nos juros dos empréstimos concedidos pelo Estado para que as empresas privadas comprassem as estatais, o prévio “saneamento” financeiro para entregá-las enxutas, esbeltas e belas para o lucro, isenções fiscais concedidas, débitos pesados que ficaram com o Estado, como, por exemplo, obrigações trabalhistas.

Na vastíssima operação realizada – o programa de privatizações do governo brasileiro esteve sempre entre um dos maiores do mundo e agora é o maior do mundo – duas questões são relevantes e ajudam a explicar a crise atual, que já passou para a política. Além do prejuízo real, econômico e financeiro, já

sumariamente relatado, o governo federal, com as extensões estaduais, perdeu capacidade para realizar políticas setoriais e mesmo política econômica. [...]

A segunda consequência é de ordem não menos letal; freqüentemente, ela é localizada apenas no terreno da ética [...] Trata-se do tema da corrupção: uma megaoperação do porte do programa de privatizações realizado açodadamente pelo governo brasileiro abre todas as portas para ela. Em primeiro lugar, pelo volume de recursos em jogo que, na conta de Biondi, atingiu, em termos correntes, até 1998, entre 15% e 20% do PIB brasileiro. Em segundo lugar, porque simultaneamente às privatizações, como consequência delas, com o desmonte do Estado, sua capacidade de fiscalização reduziu-se drasticamente, justamente quando a privatização introduzia na economia brasileira grupos econômicos de porte. Para o que o Estado brasileiro não dispunha de experiência, nem de instituições adequadas: apressadamente, montaram-se as famosas agências reguladoras, as Anas da vida, cuja capacidade é quase zero, com os resultados conhecidos, agora, com a crise energética. [...]

As privatizações, na forma em que foram realizadas, constituem um processo de desnacionalização da política e despolitização da economia. [...]

(Francisco de Oliveira. Trecho do artigo “O apodrecimento da beleza”, publicado na revista Teoria e Debate, nº 48, de junho de 2001, p.4-7.)



Greve dos metalúrgicos do ABC, em setembro de 1994. Fotos: Roberto Parizotti/acervo do Diretório Nacional do PT